

SOUSA, E. R. de; SOUZA, G. R. de. A inclusão de alunos autistas na escola: para além do laudo médico. **Revista Falange Miúda (ReFaMi)**, Cuiabá, v. 3, n. 2, jul-dez, 2018.

A INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NA ESCOLA

Para além do laudo médico

ELIZABETH RAIMUNDA DE SOUSA*

GASPERIM RAMALHO DE SOUZA**

* Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras(UFLA). elizabethrsousa@hotmail.com

** Doutorando em Estudos de Linguagens (CEFET-MG) - Professor do Departamento de Estudos da Linguagem na Universidade Federal de Lavras – DEL/UFLA; gasperim.souza@del.ufla.br

RESUMO: Com este estudo analisamos como se processa a inclusão dos autistas nas escolas regulares, mostrando que é preciso entender que esses têm potenciais para além do laudo médico. Foram desenvolvidas pesquisas em várias fontes de informação sobre o autismo; Leis que legitimam o direito à educação de qualidade dentro das especificidades do autista; e foi aplicado um questionário semi-estruturados às mães destes. Concluimos a ocorrência de uma falsa inclusão e para que ela seja, de fato, efetiva é fundamental ressignificar o papel da escola, tendo professores preparados com uma formação continuada para acolher e desenvolver projetos pedagógicos específicos.

PALAVRAS-CHAVE: Autista. Inclusão escolar. Conscientização. Parceria.

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno de Espectro Autista TEA¹, ou autismo, que segundo Orrú (2016), vem do termo “autos”, palavra grega que significa “por si mesmo”, ou seja, comportamento de alguém que vive no seu próprio mundo e é um transtorno de ordem mental irreversível, afetando o desenvolvimento normal do cérebro relacionado às habilidades sociais e de comunicação.

Ficam evidentes suas dificuldades de socialização, podem ter visão, audição, tato, olfato ou paladar excessivamente sensível, por exemplo, eles podem se recusar a usar roupas "que dão coceira" e ficam angustiados se são forçados a usá-las, entre outras dificuldades. Algumas crianças com este transtorno não apresentam comportamentos diferentes das demais crianças antes de um ou dois anos, mas de repente "regridem" e perdem as habilidades linguísticas ou sociais que adquiriram anteriormente. Esse tipo de autismo é chamado de autismo regressivo.

O estresse de lidar com o autismo podem levar a complicações sociais e emocionais para a família e os cuidadores, bem como para a própria pessoa com autismo. Existem métodos educacionais desenvolvidos para facilitar o processo de construção do conhecimento da criança, do indivíduo com TEA. O melhor método de tratamento pode usar uma combinação de técnicas, uma delas é ofertar aquilo que lhes é de direito, a inclusão dos autistas nas escolas regulares, por ser uma forma potente de ajudá-los a superar suas limitações/dificuldades, sendo fundamental no seu desenvolvimento.

A Inclusão é a oportunidade de o autista estar inserido no contexto escolar, onde lhe será proporcionado condições de se desenvolver, de se tornar cidadão, alguém com uma identidade sociocultural para ser e viver dignamente.

Para isso é preciso que a prática pedagógica seja repensada e que o papel da escola seja ressignificado, acolhendo a todos sem discriminação e que tenha como objetivo a formação integral de cada um, respeitando suas capacidades e talentos. Orrú (2016) diz que,

A vida nos dá oportunidade de fazermos as coisas de um modo diferente. Por isso, educadores e familiares em união podem edificar espaços de aprendizagem por meio de práticas pedagógicas inovadoras e não excludentes que abracem todas as crianças, todos os aprendizes. Os eixos de interesses são

¹O autismo está classificado no DSM-V, mas neste artigo não delongaremos com essas explicações visto que nosso enfoque é a dimensão social e não o laudo médico.

vistos por nós como importantes pilares para que o professor junto ao seu aprendiz com autismo, por meio de uma aprendizagem experimentada e mediada possa promover a descoberta de formas de expressão e comunicação e ainda oportunizar momentos enriquecidos de aprendizagem a partir da qualidade das relações sociais repletas de sentido e significado para esse aprendiz junto aos seus demais colegas. (ORRÚ, 2016, p. 224).

Com este novo olhar, o professor deve aproveitar os interesses do aluno autista, e fazer disso uma oportunidade para despertá-lo para novas aprendizagens. No entanto, Mantoan (2003) declara que as redes de ensino e as escolas não cumprem a lei, ocorrendo uma resistência quanto à inclusão. A nossa Constituição completará 30 anos e, no entanto, o próprio governo do Estado de Minas Gerais mantém escolas especiais que atendem apenas alunos com deficiência, impedindo assim a convivência com outros considerados “normais”. E conforme a mesma, muitos continuam acreditando que o melhor é excluir, manter as crianças em escolas especiais, que dão ensino adaptado.

É importante que o educador compreenda que cada aluno tem o seu tempo e modo de aprender e nunca se devem usar avaliações para comparar alunos, para reprová-los ou segregá-los. A responsabilidade não é só do educador, mas todos na escola devem estar envolvidos na formação global do aluno, e segundo Mantoan (2003, p. 12) isso implica em, “(...) mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrahando.”, incluindo neste processo as famílias no qual o autor acrescenta que, um dos grandes aliados são os pais na construção de uma nova escola onde oferecerá o melhor para seus filhos deficientes ou não. Isso mostra que para a inclusão ocorrer são necessárias parcerias, que todos, sem exceção, tenham um olhar além do laudo médico, ou seja, não limitando a criança autista ao diagnóstico que, segundo Orrú (2016),

[...] os critérios do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mental (DSM) são passíveis de dúvidas [...] Se explorarmos com atenção e criticidade os critérios diagnósticos para o TEA, veremos que ele declara o indivíduo com destaque reducionista de seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento. O DSM não diz que esse indivíduo aprenderá, mas realça tanto suas inabilidades e déficits num contexto generalizado de seu desenvolvimento que exprime à família, à escola a sensação de incapacidade de viver normalmente em sociedade. (ORRÚ, 2016, p. 42, 47).

Então o foco, segundo o DSM, não passa a ser as potencialidades do aluno autista, mas o reduz às suas limitações, no entanto, sabe-se que o autista, se receber o apoio necessário para se desenvolver, pode superar as limitações que lhe foram impostas, como também permitir que aprendamos com ele. ORRÚ (2016), no seu livro “Aprendizes com autismo”, traz vários exemplos de autistas que se superaram com o apoio da escola, família e sociedade, como o caso de Daniel Tammet, que se tornou gênio da matemática, professor de línguas estrangeiras, e acredita-se que a convivência com seus oito irmãos, pais amorosos e tranquilizadores contribuíram para o seu desenvolvimento. Para sua mãe Kristine, “toda criança tem algum dom especial, a despeito das suas diferenças”. Assim como encontraram este “dom”, sugere que as crianças sejam cercadas por aquilo que gostam, como por exemplo, a música e outras artes.

Depois de tanta exclusão durante a história, as portas se abrem para os autistas através da Constituição Federal(1998), porém Mantoan e Orrú mostram que a inclusão ainda não é uma realidade e nas falas das mães de autistas, vemos as dificuldades e lutas para que seus filhos tenham o acesso e aprendizado dentro das escolas regulares adequado, com materiais pedagógicos, recursos tecnológicos e todo o suporte necessário para que esses alunos desenvolvam suas potencialidades.

2. MÉTODO E MATERIAIS

Neste trabalho adotamos como método a pesquisa qualitativa visto que ela permite inúmeras interpretações ou junção e edição das partes de um todo com seus significantes e significados (DENZIN; LINCOLN, 2006). Em outras palavras, o significado atribuído aos dados emerge dos participantes e não das definições operacionais do pesquisador. Sendo assim, ainda segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa visa, dentre outros objetivos, à compreensão das razões e motivações subjacentes a um determinado fenômeno; a construção de insights relativos ao contexto de um problema, fomentando ideias ou hipóteses que poderão servir de base para outras pesquisas; e, finalmente, a desconstrução de ideologias prevalentes (VIANA, 2007).

Com relação aos materiais, primeiramente foi aplicado um questionário semiestruturado para saber idade e grau do autismo e outras informações a cerca das mães de dois autistas que fazem parte do Grupo Coletivo Brilho Azul, conhecido por apoiar e lutar pela inclusão dos que têm Transtorno do Espectro Autista (TEA), que resultou em uma coleta de informações a respeito das experiências, percepções e dificuldades dos familiares dos autistas, quanto à inclusão/exclusão

escolar. Durante esta pesquisa, ocorreram dois momentos significativos. No primeiro momento, ocorreu um contato direto com a classe de uma Escola Estadual sendo realizado um trabalho de intervenção, visando conscientizar os alunos sobre o que é o autismo, o que é dia do autista e a importância do direito à diferença.

Em um segundo momento, através de um grupo de pais de autistas, foi conhecido a realidade que tantos os pais como os autistas enfrentam no dia a dia. Os dados foram colhidos através de um questionário apresentado a três mães que fazem parte do Grupo Coletivo Brilho Azul, conhecido por apoiar e lutar pela inclusão dos que têm Transtorno do Espectro Autista (TEA), que possibilitou a coleta de dados a respeito das experiências, percepções e dificuldades dos familiares dos autistas, quanto a inclusão/exclusão escolar. Depois das exposições dos casos, apresentamos a seguir uma síntese dos mesmos utilizando pseudônimos.

Caso 1: Peter é um garoto de 13 anos e não é aluno de inclusão devido ao autismo de médio a alto grau que, de acordo com o laudo médico, não tem condições de estar numa escola regular. Segundo sua mãe, ele é aluno da APAE desde um ano e meio de idade e está no terceiro ano, embora ainda não esteja alfabetizado. Em sua classe há alunos com autismo mais severo, por isso priorizaram trabalhar mais com a fala do que com a alfabetização. Os professores trabalham a socialização, e para isso, levam os alunos para as ruas para que cumprimentem as pessoas, embora seja uma atividade que aparenta ser irrelevante, para o autista é um grande passo. Além disso, uma vez por semana tem cozinha prática, com o objetivo de aprenderem a ser independentes, aprendendo fazer vitaminas, o passo a passo de como um bolo é feito, etc. Recebem acompanhamento de fonoaudióloga e psicóloga. A mãe de Peter acrescenta que por seu filho gostar de música, há dois anos tentou colocá-lo no Conservatório de Música de sua cidade. Ao tentar vaga de percussão e bateria, encontrou dificuldade de inclusão, se deparando com um professor despreparado e com pouca vontade de ensinar. Para ela, o que precisa ser mudado com relação à inclusão e o trabalho específico com os alunos autistas e o apoio apropriado das prefeituras para possibilitar ao profissional uma capacitação específica.

Caso 2: Leon é um garoto com 7 anos de idade. Teve seu primeiro contato com a escola aos 2 anos numa creche, aos 3 anos foi diagnosticado com TEA pelos médicos, e então os pais o colocaram em uma escola particular, depois de tentarem em 13 escolas, sem sucesso. Leon com o passar do tempo apresentou diversas mudanças de comportamento, um dia, a mãe resolveu ir à escola em horário diferente do tradicional e quando chegou na porta da sala, escutou gritos da

professora e diretora para com seu filho. Ela viu a professora segurando as pernas de seu filho que estava sentado na cadeira, com as mãos nos ouvidos, enquanto elas gritavam dizendo que ele não iria levantar, mas fazer as atividades. Sua reação no momento foi tirar o menino dali o mais rápido possível, depois disto percebeu o quanto ele estava afetado e abalado emocionalmente. Ficou 8 meses em casa e quando ela resolveu que Leon precisava voltar à escola, se deparou com o Sistema. A mãe de Leon relata que buscava uma escola pública onde tivesse um professor de apoio, mas não conseguia vagas, nem mesmo procurando a Secretaria Municipal de Educação, precisando recorrer à Justiça. O juiz expediu então uma ordem judicial, na qual solicitava a vaga exigindo que o material todo fosse adaptado, com professor de apoio e sala de recurso, com toda essa demora, o garoto quase acabou perdendo o ano letivo. A mãe tentou fazer o máximo de vínculo com a escola e com o profissional que acompanhava seu filho, foi aí que esse trabalho conjunto deu certo. Com isso, a evolução de Leon tem sido bastante significativa. Para a mãe de Leon, a inclusão tem que envolver todos os profissionais, professores e família. Acrescenta que as escolas precisam aceitar mais a opinião dos pais e dos profissionais que acompanham as crianças.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa realizada sobre a questão da inclusão dos autistas na escola foi observado tanto por autores, quanto pelos familiares, que embora seja um direito, os autistas têm enfrentado dificuldades quanto ao acesso à educação devido a uma série de fatores limitantes, além disso, os mesmos são rotulados e restringidos ao laudo médico. Nas entrevistas com as mães, foram percebidos pontos positivos e negativos quanto à inclusão/exclusão escolar.

Segundo a mãe de Leon (caso 2), um ponto positivo foi o trabalho em equipe realizado com o neurologista, fonoaudióloga, escola e a família. Ela acrescenta que houve interesse de professores de investir na sua própria formação, resultando em um trabalho pedagógico que trouxesse um retorno mais satisfatório da aprendizagem no atendimento ao autista. Um ponto determinante na inclusão foi a disposição da fonoaudióloga em desenvolver um trabalho de conscientização na classe para o acolhimento de Leon. O depoimento desta mãe demonstra o que ORRÚ (2016) diz, que “educadores e familiares em união podem edificar espaços de aprendizagem por meio de práticas pedagógicas inovadoras e não excludentes que abracem todas as crianças, todos os aprendizes”.

Diferente da experiência de Leon, Peter (caso 1), devido ao laudo médico de autismo grau médio a alto, não pôde participar de uma escola regular, com isso, lhe restou a APAE, que não lhe ofereceu modelos de crianças não autistas, tendo como referências, crianças com deficiências mais graves que a dele, com isto não pôde ser trabalhado suas potencialidades prejudicando assim o seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, “a segregação e a forte tendência em concentrar os estudantes com autismos em classes homogêneas onde as relações com o outro são limitadas não é a melhor opção para sua aprendizagem e desenvolvimento de qualidade” (ORRÚ, 2016, p, 69,70), por isso que Peter ficou prejudicado.

As dificuldades encontradas por mães para matricular seus filhos ou até mesmo conseguir uma vaga, depararão com profissionais desinteressados em ensinar e despreparados para atender alunos de inclusão. Diante a todos esses dados, ficou evidente a importância da inclusão na vida do autista, que segundo Orrú (2001), o desenvolvimento do ser humano acontece por meio da socialização. Da mesma forma Mantoan (2003), que defende o valor da inclusão, quando diz,

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. (MANTOAN, 2003, p. 30).

No entanto, está tão sonhada inclusão não tem ocorrido, o que existe é uma falsa inclusão demonstrada a partir dos depoimentos das mães e autoras já citadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por respostas as indagações quanto à ocorrência da inclusão de alunos autistas na escola e a visão que se deve ter deles para além do laudo médico, concluímos que a inclusão é um direito garantido por Leis, que lhe permite estar inserido no contexto escolar, onde terão condições de se desenvolver, de se tornar cidadão, alguém com uma identidade sociocultural para ser e viver dignamente, e isto se diferem de integração que é o estar apenas dentro da escola.

A escola deve acolher a todos, sem exceção, pois um autista nunca aprenderá a conviver em sociedade e a enfrentar as adversidades se lhe tirarem o direito de estar numa escola regular,

isto porque, ela é um passo extremamente importante para sua formação trazendo-lhe contribuições significantes ao seu desenvolvimento e a inclusão adequada resulta em benefícios enormes, nesse sentido, quando se tem condições de aprendizagem adequadas no ambiente escolar, o autista tem um grande potencial de desenvolvimento, tendo a oportunidade de viver interações sociais significativas, de desenvolver habilidades e criatividade.

Para que a inclusão de fato ocorra é fundamental que o papel da escola seja ressignificado, que os professores estejam preparados através de uma formação continuada para acolher e desenvolver um projeto pedagógico, sem discriminação e com o objetivo de ofertar ao autista uma formação íntegra que respeite suas capacidades, limitações e talentos. Por fim, com esta pesquisa, percebe-se que a inclusão é o melhor caminho a ser trilhado na concretização da sonhada inclusão que vai para além do laudo médico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: mai. 2017.

BRASIL. Decreto nº. 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a **Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei n. 9394, 20 dez. 1996. Disponível: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: out. 2017.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

ORRÚ, S. E. **Aprendizes com autismo: Aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

_____. **O Autismo em pacientes psiquiátricos e a educação mediatizada**. Psicopedagogia OnLine, v. x, p. 1-6, 2001.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em Educação – A observação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

Sobre os autores

Elizabeth Raimunda de Sousa

Formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) em fevereiro/2018. Concluiu o curso Técnico de Contabilidade no Colégio Comercial Oficial “Mons. João Aristides de Oliveira” no ano de 1975; em 1981, concluiu o curso sócio-cultural e lingüística no Instituto Lingüístico Ebenézer. Participou dos cursos para formação de voluntários e de grupo de apoio do Amor Exigente e cursos de Capelania Hospitalar. Em 1994, formou em Magistério de 1º Grau (1ª à 4ª série). Atualmente, gerencia uma loja e participa de ações sociais em associação de bairro e capelania hospitalar. Também atua como professora em classes de 4 a 12 anos numa igreja.

Gasperim Ramalho de Souza

Gasperim Ramalho de Souza é doutorando em Estudos da Linguagem pelo Centro Federal e Tecnológico de Minas Gerais (CEFET-MG), graduado em Letras, habilitação em Inglês pela Faculdade de Letras (FALE) da UFMG, Especialista em Ensino de Língua Inglesa, Educação Inclusiva e Mestre em Estudos Linguísticos pelo POSLIN (FALE/UFMG). No campo profissional, atuou como docente da disciplina Inglês para Fins Acadêmicos (IFA) na UFMG (FALE/DRI). Além disso, é professor efetivo da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEEMG) e já atua no ensino de inglês há mais de 10 anos tendo experiência em diversos contextos de ensino, a saber; escolas privadas, pública, educação de jovens e adultos (EJA), projetos de aceleração (PAV), cursos livres de idiomas, projetos de extensão e educação continuada na UFMG. Atualmente, é Professor efetivo do Departamento de Estudos da Linguagem (DEL) da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Seus principais interesses de pesquisa são: globalização, letramento crítico, inclusão, ensino de inglês na na escola pública, formação de professores para a escola pública e produção de materiais didáticos na perspectiva crítica.